



16ª ROMARIA DA TERRA E DA ÁGUA – BOM JESUS DO GURGUÉIA

“**Laudato Si’, mi’Signore – Louvado sejas, meu Senhor**”, com este canto São Francisco de Assis recorda-nos que a nossa Casa Comum merece cuidado e atenção, uma vez que essa nos possibilita contemplar o Criador em toda a sua obra mais perfeita. “Deus criou tudo e viu que tudo era muito bom.” (cf. Gn 1,31). Na eminência deste ano Jubilar de Esperança, comemoramos 800 anos desde a sua composição. O Cântico das Criaturas nos convida a uma contemplação radical no mundo, reconhecendo que a criação, em sua totalidade, é um reflexo da glória de Deus e um dom para o homem.

Ainda no contexto jubilar, celebramos os 10 anos da escrita da Carta Encíclica *Laudato si’* (2015). Pela primeira vez um Documento Pontifício trata especificamente da questão ecológica, o objetivo principal é iniciar uma ‘conversa no Espírito’ que deixe cada um dos cristãos conscientes do cuidado e responsabilidade com a ‘Casa comum’, a nossa casa. Nesse contexto, alguns objetivos específicos precisam ser levados em conta: 1- reconhecer a urgência da crise ecológica. Muitos cientistas não falam mais de crise climática, mas em emergência climática dados os últimos avanços e catástrofes ambientais; 2- integrar ciência, ética e espiritualidade. Oferecer convicções da fé aos irmãos e irmãs para que, pelo simples fato de serem humanos, cuidem do ambiente e da comunidade de fé; e 3- propor diálogo e ação provocando uma consciência de corresponsabilidade.

A Exortação Apostólica *Laudate Deum* (2023), alerta, complementa e impulsiona a todas as pessoas de boa vontade sobre a crise climática e o urgente cuidado com a Casa Comum. O Papa Francisco, por sua vez, chama a atenção para os efeitos negativos da má resposta à criação que impactam na: “saúde, emprego, acesso a recursos, habitação, migrações forçadas e outros âmbitos” (LD, 2). É importante frisar ainda que se trata de um problema social e global e que está intimamente ligado à dignidade da vida humana. O papa interroga: como deixar de admirar essa ternura de Jesus por todos os seres que nos acompanham em nosso caminho?

Nesse contexto do oitavo centenário do **Cântico das Criaturas** e décimo ano da escrita da **Laudato Si’**, questiona-se: como cada um dos batizados está se responsabilizando e cuidando da criação? Como o homem poderia se alegrar com uma contemplação que o leve a um compromisso por uma terra que valha a pena ser deixada para as gerações futuras? Quando olhamos para o Piauí, que implicações práticas estamos fazendo no campo civil e religioso para um cuidado comum?

Nesta feliz Romaria de Peregrinos de Esperança em sua 16ª edição, reflete-se o tema: Ecologia Integral a Serviço da Vida, e lema: “com carinho preparastes essa terra para os pobres” (Sl 67,11). O objetivo principal

desse encontro familiar é formar corações e mentes para uma ecologia integral a serviço da vida. A Ecologia Integral, apresentada pela Doutrina Social da Igreja, preocupa-se com as dimensões ambientais, sociais, econômicas e culturais na vida dos homens e mulheres de boa vontade. Nesse sentido, “a ecologia humana é inseparável da noção de bem comum, princípio esse que desempenha um papel central e unificador na ética social. É o conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição” (LS, 156).

As dioceses encontraram-se em pré-romarias, com o intuito de ter um melhor aproveitamento das temáticas à luz da Carta Encíclica *Laudato Si*, tendo como referência os sete objetivos: 1- clamor da terra; 2- clamor dos pobres; 3- economia ecológica; 4- adoção de estilos de vida sustentáveis; 5- educação ecológica; 6- espiritualidade ecológica e 7- envolvimento da comunidade e ação participativa. Desse modo, seguem as apreciações propostas pelas dioceses em síntese.

A REALIDADE/ SITUAÇÃO PROBLEMA

TEMA 1: ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE E AÇÃO PARTICIPATIVA

- O uso de agrotóxico;
- O desmatamento predatório;
- Mau uso do lençol freático e demais cursos de águas com o avanço do agronegócio (grandes projetos econômicos);
- Falta de saneamento básico na maioria das cidades;
- O descarte irregular de resíduos sólidos;
- Falta de planejamento urbano;
- Expressivo número de famílias em situações de risco como ocorre no Barreiro e no Piscinão em Parnaíba, vítimas do avanço da devastação das fontes de água com parques eólicos e privatização dos poços públicos.

TEMA 2: JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E ESPIRITUALIDADE ECOLÓGICA

- Escolas com IDEB abaixo de 4,5 comprometendo a qualidade do ensino público;
- Consequências negativas do Novo Ensino Médio implantado entre 2022 e 2024, levando ao esvaziamento do currículo escolar;
- Perda de concentração por parte dos jovens, aumento da irritabilidade e oscilações de humor em consequência do uso excessivo de telas;
- Mudança de comportamentos sob influência digital foçada no consumo como métrica de sucesso individual e qualidade de vida;
- Ausência de planos pedagógicos com foco na ecologia integral;
- O fechamento das escolas do campo;
- Êxodo rural sazonal, especialmente de jovens, para o corte de cana e colheita de café e laranja.

TEMA 3: ESTILOS DE VIDA COM SUSTENTABILIDADE PARA O PIAUÍ

- Aumento significativo do desmatamento e da degradação florestal compromete a sustentabilidade ambiental e afeta diretamente o equilíbrio ecológico;
- A incidência de queimadas na zona rural quanto na urbana, prejudica a saúde da população, especialmente daqueles com doenças respiratórias crônicas.

TEMA 4: CLAMOR DA TERRA E DOS POBRES

- Pobreza extrema e questões relacionadas ao alcoolismo e drogadição entre os jovens mais pobres;
- Degradação de matas nativas e ciliares nos biomas piauienses;
- Situação de esgotos a céu aberto que contaminam nascentes e córregos;
- Uso indiscriminado de agrotóxicos;
- Fome e falta de assistência aos menos favorecidos.

TEMA 5: ECONOMIA ECOLÓGICA E OS GRANDES PROJETOS ECONÔMICOS NO PIAUÍ

- Parques eólicos e solares invadido comunidades;
- Privatização das águas da região (Bom Jesus) para iniciativa privada;
- Cerca de 32 pontos de conflitos agrários na região do Cerrado e 12 no semiárido;
- Transferência da Vara Agrária em Bom Jesus, das regiões conflitivas, para Teresina;
- Morosidade na regularização fundiária dos Territórios Tradicionais, nos processos que tramitam no INCRA e INTERPI;
- Necessidade de preservação das APAs (Áreas de Proteção Ambiental), das Nascentes do Rio Uruçuí Preto e outros Cursos dos Rios Gurguéia e Uruçuí Vermelho, e da insegurança jurídica de seus ocupantes;
- Invasão de terras e desapropriação de famílias;
- A Associação do Quilombo Lagoas, junto com a APASPI (Associação dos Produtores Agroecológicos do Semiárido Piauiense), denunciam a ameaça do projeto de mineração que coloca em risco o bioma caatinga, as águas e o modo de vida da população.

CAUSAS DOS PROBLEMAS

TEMA 1: ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE E AÇÃO PARTICIPATIVA

- Os problemas são provocados pelo uso indiscriminado de agrotóxicos e pelo descarte incorreto do lixo, que afetam negativamente a agricultura e o meio ambiente.
- Além disso, constata-se o assoreamento, uma vez que, com o avanço dos grandes projetos econômicos, como agronegócio, pecuária e parques solares, a abertura de grandes áreas de plantio e de pastagens com as chuvas lavam a terra e assoreiam os rios do Sul do Piauí que estão cada vez mais sem água e tudo ao seu redor secando ou sendo destruídos; há

seca e falta de projetos para revitalização dos rios e da mata ciliar; precariedade no tratamento e distribuição da água em toda região.

- Organização política local, tanto dos representantes políticos como dos presidentes de associações, que muitas vezes não pensam nas necessidades de quem menos tem.

TEMA 2: JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E ESPIRITUALIDADE ECOLÓGICA

- **Ambientais:** Falta de conhecimento sobre os danos potenciais das ações humanas pela maior parte da população; falta de incentivo ao debate público sobre a importância da qualidade ambiental para a vida do povo; omissão das autoridades no seu papel de fiscalizar e cuidar do meio ambiente; proliferação de doenças respiratórias ou tóxicas por agrotóxicos; fraca diversidade da fauna do cerrado e o desaparecimento de algumas espécies nativas raras.
- **Educacionais:** Falta de políticas públicas de qualidade e duradouras, especialmente para o ensino médio, redução do diálogo nas famílias, substituído pelo uso excessivo de telas, e falta de debate público sobre as políticas educacionais, especialmente no que diz respeito ao currículo implantado nas escolas públicas.
- **Falta de Políticas públicas:** Mais efetividade sobre preservação e consciência ambiental; leis mais claras e fiscalização eficaz para a preservação do meio ambiente; grandes empresas aparecendo e devastando o meio ambiente sem transparência e debates com a comunidade; políticas de desenvolvimento regional, na diversificação profissional, que agreguem valor aos produtos da terra, gerando empregos e evitando-se a migração forçada; a falta de políticas públicas mais efetivas na educação, especialmente para a juventude.

TEMA 3: ESTILOS DE VIDA COM SUSTENTABILIDADE PARA O PIAUÍ

- A educação do campo, vista como um problema e não como uma possibilidade de uma ação transformadora de realidades (educação precária e descontextualizada);
- Desvalorização das comunidades e povos do campo e enfraquecimento da agricultura familiar.

TEMA 4: CLAMOR DA TERRA E DOS POBRES

- Atividades agrícolas e industriais não sustentáveis, desmatamento indiscriminado e falta de fiscalização ambiental;
- Gestão inadequada de resíduos, falta de políticas de reciclagem e descarte incorreto de lixo;
- Carência de alternativas energéticas mais limpas e econômicas, além da necessidade de regulamentações mais rigorosas;
- Infraestrutura sanitária insuficiente, falta de investimento público em saneamento básico e ausência de planejamento urbano;
- Falta de oportunidade para os pequenos produtores rurais;

TEMA 5: ECONOMIA ECOLÓGICA E OS GRANDES PROJETOS ECONÔMICOS NO PIAUÍ

- Estiagem;
- Arrendamentos de terras indevidos;
- Lucro desenfreado das grandes empresas (multinacionais) a qualquer custo;

EFEITOS E IMPACTOS NA VIDA DO POVO E NOS TERRITÓRIOS

TEMA 1: ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE E AÇÃO PARTICIPATIVA

Na vida do povo: doenças respiratórias; evasão da juventude de suas comunidades de origem; perda da identidade do morador local; falta da presença do poder público e de serviços adequados à população, principalmente na área de segurança, saúde e organização fundiária, com cartórios legítimos e idôneos; empobrecimento das famílias; aumento da violência e desemprego; marginalização da juventude.

Nas comunidades e nos territórios: a região de Bom Jesus, no Piauí, vive os desafios de equilibrar o avanço da agropecuária com a preservação ambiental, especialmente em uma área marcada pela degradação de matas ciliares, nascentes e recursos hídricos; distanciamento entre o que se prega sobre desenvolvimento e a realidade vivenciada pelo povo, especialmente das comunidades do campo.

No meio ambiente: a fauna e a flora estão sendo destruídas com a poluição, a degradação das nascentes, o uso exacerbado de agrotóxicos e o desaparecimento de frutas silvestres nativas. A falta de água, o solo pobre em nutrientes que não favorece o plantio, o aumento da temperatura e períodos irregulares de chuva, desaparecimento de algumas espécies nativas, fraca diversidade na fauna do cerrado;

TEMA 2: JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E ESPIRITUALIDADE ECOLÓGICA

- Os problemas ambientais têm gerado perda de qualidade de vida, riscos diretos à vida por desastres, como as enchentes em Picos e Itainópolis, e perda da identidade territorial devido à desestruturação produtiva nas áreas dos parques eólicos e solares;
- Os problemas educacionais resultam em uma juventude pouco participativa, aumento da ansiedade e depressão entre os jovens, e dificuldades de diálogo intergeracional entre adultos e jovens. Envelhecimento da população (avós cuidando e se responsabilizando pelos netos);

TEMA 3: ESTILOS DE VIDA COM SUSTENTABILIDADE PARA O PIAUÍ

- Os impactos do desmatamento e das queimadas são severos e abrangentes, afetando a saúde pública, a viabilidade das práticas agrícolas, a estabilidade dos territórios e a integridade dos ecossistemas;
- Baixa qualidade da alimentação das pessoas, sobretudo das famílias produtoras rurais que vendem os produtos que cultivam e compram alimentos pobres em nutrientes;

TEMA 4: CLAMOR DA TERRA E DOS POBRES

- A pobreza contribui para a marginalização social, aumentando os problemas de saúde e violência. Isso resulta em uma juventude desmotivada e com poucas perspectivas de futuro;
- A migração para áreas urbanas sobrecarrega a infraestrutura das cidades, resultando em favelização, desemprego e aumento da violência urbana. No campo, a redução da população ativa leva ao abandono de terras produtivas;
- A perda de biodiversidade compromete a subsistência de comunidades que dependem da floresta para alimentação e renda, como apicultores e extrativistas. Além disso, há um aumento da erosão do solo e perda de qualidade da água;

TEMA 5: ECONOMIA ECOLÓGICA E OS GRANDES PROJETOS ECONÔMICOS NO PIAUÍ

- Falta de alimentos e problemas nutricionais e financeiros na população que depende exclusivamente da agricultura;
- Desapropriação de terras e famílias, bem como a autoestima baixa em decorrência da destruição da história afetiva das pessoas moradoras desses espaços rurais;

CONQUISTAS E SINAIS DE ESPERANÇA

TEMA 1: ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE E AÇÃO PARTICIPATIVA O que nos fortalece?

- A Igreja, através de suas Pastorais Sociais, tem atuado na Regularização Fundiária, na organização de Jornadas de Audiências Públicas em conflitos no campo e tem participado ativamente de encontros e mobilizações estaduais das comunidades e povos do cerrado e semiárido, oferecendo apoio jurídico ao povo desamparado na luta pelas titulações coletivas;
- Saber que a Igreja tem um olhar para os problemas do povo, com a atuação dos Sindicatos, Cáritas, CPT, Associação de Produtores e participação nos Conselhos de direito que resistem à política neoliberalista;
- A Igreja, preocupada com a Casa Comum, tem caminhado junto com as comunidades, promovendo campanhas de preservação, recuperação de nascentes e reflorestamento de matas ciliares e uso consciente dos recursos hídricos;
- As feiras agroecológicas da agricultura familiar e programas institucionais de incentivo à agricultura familiar (PNAE, PAA, PAS, PRONAF);
- Curso superior para o povo do campo: Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) e PRONERA;
- Projetos de apoio aos povos e comunidades, a exemplo do ABC dos Direitos Humanos e apoio às mulheres quebradeiras de coco babaçu, projetos “aqui é nosso chão” e “Gênero e Biodiversidades”;
- A criação das Comissões Diocesanas para a Ação Sociotransformadora

TEMA 2: JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E ESPIRITUALIDADE ECOLÓGICA

- São sinais de esperança a recomposição da carga horária da formação geral da base comum curricular, a lei que proibiu o uso de aparelhos celulares nas escolas públicas e particulares;
- O debate público promovido pela diocese de Picos no âmbito do pacto global pela educação;
- Organização, realização e participação da comunidade nos seminários, Campanhas da Fraternidade etc.
- Ações de formação da CNBB, Cáritas, CEFAS, Missão Jovem, CPT e Escolas Agrícolas;

TEMA 3: ESTILOS DE VIDA COM SUSTENTABILIDADE PARA O PIAUÍ

- Os sinais de esperança estão presentes na riqueza cultural do artesanato piauiense, na força da agricultura familiar, na educação ambiental e na resiliência das comunidades;
- A vivência do Evangelho nas comunidades e a prática pastoral;
- Abertura para discussões e tomadas de decisões em sinodalidade.

TEMA 4: CLAMOR DA TERRA E DOS POBRES

- Iniciativas comunitárias e familiares de convivência com a seca e com o semiárido;
- O uso de sementes selecionadas que adequem ao solo, clima e chuvas;
- Conquista da sociedade civil para efetivação da política pública de recursos hídricos de gestão familiar capitando água de chuva para consumo humano e produção de alimentos saudáveis nos quintais agroecológicos;
- Incentivo ao uso de energia solar, com iniciativas já implementadas através da Cáritas contribuindo com a redução de danos ao meio ambiente.

Tema 5: Economia ecológica e os grandes projetos econômicos no Piauí

- Atuação do coletivo de comunidades do cerrado;
- Atuação do Fórum Piauiense de convivência com o semiárido;
- Atuação da COETRAE (Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo);
- Retomada da Comissão de Política Pública para mediação de conflitos. Antigo GT da Romaria da Terra e da Água, ancorado na SEPLAN-PI;
- Articulação de forças da sociedade civil e Pastorais Sociais em defesa da vida nos territórios com incidência em política pública e legislação, como a atuação do grupo Urgência Ambiental em relação ao projeto de Lei substitutivo da Política Ambiental do Piauí.

PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS (COMPROMISSOS)

TEMA 1: ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE E AÇÃO PARTICIPATIVA Para Igreja:

- Trazer para a realidade local das paróquias do Piauí as decisões da carta compromisso da 16ª Romaria, como nas Novenas de Natal;
- Incentivar a participação ativa dos leigos nos conselhos municipais;

- Reduzir o uso de materiais descartáveis em eventos paroquiais e diocesanos;
- Numa parceria da Comissão para a Ação Sociotransformadora e a FAPEPI objetivamos: 1- identificar com as pessoas excluídas os caminhos de conquista da dignidade; e 2- mobilizar a organização de pessoas e grupos em situação de exclusão, em vista do exercício de sua cidadania e atuação política, objetivando a autonomia cidadã.

Para a Sociedade civil:

- Promover diálogo contínuo com as pastorais sociais, as secretarias municipais de meio ambiente, solicitar audiências públicas nas câmaras municipais para discutir a problemática ambiental, articular junto aos governos, políticas de conservação de meio ambiente;
- Conscientizar sobre os males do uso dos agrotóxicos;
- Fortalecimento das associações e sindicatos, formações e capacitações dos seus respectivos membros;
- Estimular a criação de abelhas nativas;
- Conquistar espaços de participação efetiva nos comitês gestores das bacias hidrográficas para garantir o direito à água e um futuro mais equilibrado e sustentável para todos;
- Fortalecer as feiras da agricultura familiar nos municípios;

Para o Poder Público:

- Criação e fortalecimento das brigadas de incêndios nos Municípios;
- Efetivar a política de economia solidária;
- Fortalecimento dos Programa de garantia da produção, beneficiamento e comercialização dos produtos da agricultura familiar;
- Programas educacionais que estimulem o consumo de alimentos saudáveis, fortalecendo assim a agricultura familiar;
- Elaborar ou fazer cumprir leis que limitem a quantidade de terras que possam ser vendidas para grandes projetos;
- Programas educacionais que estimulem o consumo de alimentos saudáveis, fortalecendo assim a agricultura familiar;
- Manter e promover maior divulgação e incentivo ao curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA);
- Promover a agricultura sustentável e incentivar a horta familiar;
- Exigência de uma política pública estadual de proteção dos mananciais com recuperação de nascentes, matas nativas e ciliares;
- Propor alterações nos códigos de postura dos municípios quanto à destinação adequada de resíduos sólidos;
- Assegurar na lei estadual a proibição da pulverização aérea de agrotóxicos;

Para o Poder Judiciário:

- Reivindicar o acompanhamento gratuito e sistemático dos processos fundiários na justiça comum e na justiça federal; acompanhamento junto a

FUNAI na demarcação de áreas indígenas (Morro D'água de Baixo, Morro D'água da Gruta) e resolução do conflito no Território Salto, em Bom Jesus;

- Exigimos o retorno da Vara Agrária ao município de Bom Jesus, transferida à revelia para a Capital, distante da realidade conflitiva do campo;

Para o Ministério Público:

- Realiza fiscalização permanente e eficaz do cumprimento das legislações ambientais;
- Criação de promotorias específicas para fiscalização dos documentos de impactos ambientais.

TEMA 2: JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E ESPIRITUALIDADE ECOLÓGICA

Para a Igreja:

- Organizar grupos de apoio para jovens e suas famílias, facilitando o diálogo intergeracional sobre as influências digitais e a importância da ecologia integral;

Para a Sociedade Civil:

- Incentivar o voluntariado em projetos de educação e sustentabilidade, promovendo a integração entre diferentes gerações;

Para o Poder Público:

- Implementar políticas públicas de incentivo à educação de qualidade, com foco especial nas escolas públicas e no fortalecimento do currículo escolar;
- Garantir a ampla escuta da sociedade no debate do projeto de lei substitutiva da política ambiental do Piauí que tramita na Assembleia Legislativa no Piauí.

TEMA 3: ESTILOS DE VIDA COM SUSTENTABILIDADE PARA O PIAUÍ

Para a Igreja:

- Intensificar as campanhas de conscientização sobre a importância da preservação ambiental e a sustentabilidade

Para a Sociedade Civil:

- Incentivar a formação de cooperativas de artesãos e agricultores familiares para promover a sustentabilidade econômica;

Para o Ministério Público:

- Garantir a aplicação de leis ambientais e promover a justiça ambiental.

Para o Poder Judiciário:

- Incentivar a criação de tribunais especializados em questões ambientais.

TEMA 4: CLAMOR DA TERRA E DOS POBRES

Para a Sociedade Civil:

- Organizar campanhas educativas sobre a importância da reciclagem e do manejo adequado dos resíduos sólidos;
- Fomentar o engajamento comunitário em projetos de preservação ambiental e sustentabilidade;

Para o Poder Público:

- Fortalecer programas de apoio psicológico e combate ao alcoolismo e drogadição, especialmente entre os jovens;



- Investir em infraestrutura básica, como saneamento, para evitar a contaminação dos recursos hídricos.

Para o judiciário:

- Proteger os direitos dos trabalhadores rurais e urbanos, assegurando condições de trabalho dignas e seguras;
- Facilitar o acesso à justiça para as comunidades mais vulneráveis, garantindo que suas demandas sejam ouvidas e atendidas;
- Promover a mediação de conflitos socioambientais, buscando soluções justas e equilibradas para todas as partes envolvidas;

TEMA 5: ECONOMIA ECOLÓGICA E OS GRANDES PROJETOS ECONÔMICOS NO PIAUÍ

Para o Ministério Público:

- Audiência pública sobre a situação dos parques eólicos (avaliação dos impactos positivos e negativos após dez anos de implantação);

Para o Poder Público:

- Garantir que a Comissão de Política Pública retorne as visitas in loco nas regiões afetadas pelas questões socioambientais nos biomas.

Em consonância com o que foi exposto, Papa Francisco exorta-nos afirmando que "é bom, para a humanidade e para o mundo, que nós, crentes, conheçamos melhor os compromissos ecológicos que brotam das nossas convicções." (LS, 64). Portanto, se faz necessário refletir sobre cada um dos pontos propostos pelas dioceses à luz de: 1- uma viva esperança, 2- necessidade de oração e o 3- compromisso com a criação e o bem comum. O desejo é que os homens e mulheres de boa vontade acreditem e testemunhem a capacidade de trabalharem em conjunto e em sinodalidade para construir um lar comum. Reitera-se que a primeira oração é para ser compartilhada com todos os que creem em Deus como Criador Todo-Poderoso e a segunda oração é para os cristãos, pedindo a inspiração para assumir o compromisso com a criação, à luz do Evangelho de Jesus.

Bom Jesus do Gurguéia-PI, 19 de julho de 2025.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB NE4
Comissão para Ação Sociotransformadora – NE4
Conselho Nacional do Laicato do Brasil – NE4
Coordenação Central da 16ª Romaria da Terra e da Água do Piauí